GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 166ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às dez horas do dia 03 de maio de dois mil e vinte e dois, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 2º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 166ª Reunião do Conselho Superior do Fecam, em caráter Extraordinário. Estavam presentes o Sr. Philipe Campello Costa Brondi da Silva, presidente do Instituto Estadual do Ambiente – Inea que presidiu o Conselho, substituindo, em caráter extraordinário, o Presidente do Conselho Sr. José Ricardo Ferreira de Brito, Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, os Conselheiros: Jorge Vicente Peron Mendes representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan e o Conselheiro suplente da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, Sr. Allan Cristiano dos Santos. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Maria das Graças Andrade Superintendente da Supfip e a Sra. Daniela dos Santos Almeida, ambas da Superintendência de Fundos de Interesse Público – Supfip/Subexe/Seas, a Sra. Milena Almeida Suhett, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Kamylla Ribeiro Machado, Gabriela Carrero Ribeiro e Eliana Cardoso de Almeida, todas da Coofecam/Supfip/Seas, o Sr. João Vicente de Matos Rocha e a Sra. Vanessa Flores de Souza ambos da Diretoria de Recuperação Ambiental do Inea, e, ainda, os Srs. Marcus Vinicius dos Santos e Rodrigo Perez do IFHT/Uerj. O Sr. Markus Wolfjdunkell Budzkz Conselheiro da Apedema informou que por motivos técnicos (internet) não participaria desta reunião. **1 - Abertura**: O Presidente do Conselho abriu a reunião saudando a todos e pede que se aguarde a presença do Sr. José Ricardo, novo Secretário de Estado, que está em deslocamento, mas enquanto isso dará início a pauta da reunião, passando ao **item 1 da pauta** – **Deliberação da ata 165ª Reunião do Conselho Superior do Fecam**, perguntando aos Conselheiros Peron e Allan se tinham alguma observação a fazer e como os Conselheiros não tinham nenhum comentário considera a ata aprovada. Em seguida, passa ao **item 2** – **Relatório Anual de 2021** – O Relatório foi encaminhado por e-mail para os Srs. Conselheiros, como já observado antes, visando à transparência do Fundo. Em seguida, pergunta se os Conselheiros têm alguma contribuição a fazer, sendo aprovado. Prosseguindo, passando, então para ao **item 3 – Deliberação de novos projetos**. **3.1 – Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Projeto executivo e obras para melhoria da calha hidráulica do Rio Iguaba no trecho entre a Av. Nossa Senhora de Fátima e do Rio Salgado – Iguaba Grande" – Valor: R$ 6.665.074,99 – Prazo: 10 meses – Processo: SEI-070002/004843/2022,** que será apresentado pelo Srs. João Rocha da Dirram/Inea, presencialmente, e na oportunidade, o Sr, Presidente sugere que na próxima reunião todos os Conselheiros participem, também, presencialmente, aproveitando para uma melhor apresentação. O Sr, João cumprimenta a todos e inicia sua explanação informando que a Dirram, prossegue dando continuidade a sua estratégia de fazer obras estruturantes para além daquelas de manutenção. E a atuação em Iguaba nos últimos dois anos foi bastante intensa, com várias atividades do Programa Limpa Rio, sendo que essa demanda de hoje é muito antiga. Continua informando que o rio Salgado corre paralelo a Lagoa de Araruama e atualmente tem uma função de drenagem muito importante, com desague na Lagoa de Araruama, onde existe uma comporta de captação de tempo seco. E que em condição de pouca chuva tem a função de drenagem com aporte de esgoto muito grande, de poluentes. Essa comporta joga para a estação de tratamento da Prolagos. Explica que essa demanda é bastante antiga, tendo vários tipos de obstrução. A Prefeitura de Iguaba encaminhou o pedido para a melhoria, com o projeto básico feito por uma empresa conhecida. A Dirram verificou o projeto e o dimensionamento que estavam corretos. Basicamente é a adequação da calha hidráulica do rio, refazendo todas as travessias que são os pontos críticos, que acabam provocando os alagamentos, principalmente quando a maré e o nível da lagoa estão altos. Foi incluída nas atividades, continua o Sr. João, o projeto executivo. Precisando, ainda, de um levantamento da infraestrutura local, com adequação das redes de drenagem existentes, a execução das travessias e a execução de um extravasor. No começo do trecho dessa canalização existe um extravasor que já retira parte da vazão desse volume de cheia direto na lagoa antes que chegue ao ponto mais crítico onde tem os alagamentos. Foi incluído

também o item de recomposição da drenagem, e, ainda que precária, existe uma drenagem que chega nesse corpo hídrico, e, completando, a etapa de As Built para documentar tudo que foi executado. A metodologia está bem detalhada como pode ser vista na documentação enviada para esta reunião. Finalizando, o valor de R$ 6.665.074,99 e o prazo de 10 meses, incluindo a etapa do projeto executivo. O Presidente abre para perguntas e o Conselheiro Peron informa que não tem perguntas, passa então para o Conselheiro Allan que também não tem consideração a fazer. Com isso, o projeto é aprovado por unanimidade. Prosseguindo, passa para o próximo Projeto. **3.2 – Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Elaboração de projeto executivo de macrodrenagem para a área urbana de Rio Bonito" - RJ" – Valor: R$ 2.968.818,10 – Prazo: 12 meses – Processo: SEI-070002/004839/2022.** O Sr. João Rocha continua apresentando este projeto, explicando que a Diretoria recebeu a demanda da Prefeitura de Rio Bonito, para atuação dentro do perímetro urbano da cidade, onde o rio Bonito apresenta alguns pontos de estrangulamentos, por algumas travessias e um canal auxiliar. E, nesse caso, foi identificado que se está um passo atrás, não sendo possível identificar com o conhecimento que se tem da área e as informações que a Prefeitura forneceu a execução das obras. Este projeto, então, é exclusivamente de estudos de macrodrenagem e elaboração dos projetos que futuramente irão levar às obras necessárias para evitar as inundações do centro urbano de Rio Bonito. Sendo que, a condição de macrodrenagem atual é bem precária. E, na verdade, o rio Bonito sofreu algumas intervenções de desvios, para tentar correr por fora da área central. São obras antigas, com dimensionamentos totalmente subdimensionados para o desenvolvimento urbano que ocorreu de forma intensa na cidade, acabando por afetar a permeabilidade do solo. Com a área urbanizada bastante adensada e instalações totalmente ineficientes e por conta das chuvas intensas, a região passou a sofrer inundações frequentes. Então, o município tem alguns problemas estruturantes com relação ao sistema viário com a estrada passando dentro do centro da cidade. Com isso, a dificuldade de se fazer algumas intervenções e simplesmente não se pode fazer somente uma obra corretiva. Precisa-se entender melhor como funciona a questão da hidrologia, da hidráulica, fazer simulações, e nesse caso a opção foi fazer somente o projeto. Um projeto completo considerando algumas alternativas, apresentando para o município, fazendo reunião de alinhamento e oferecendo as opções que a cidade terá, algumas obras mais caras, com intervenções no centro urbano mais complicadas, precisando, então, a tomada de decisão junto com o município para seguir e desenvolver os projetos básico e executivo. As metas incluem estudos amplos com os aspectos ambientais das obras, levantamento arbóreo, chegando aos projetos executivos. A justificativa é o crescimento urbano que hoje tornou a infraestrutura de macrodrenagem ineficiente. O valor do projeto é de R$ 2.968.818,10 e o prazo de execução de 12 meses, que decorre da etapa de levantamento de dados, serviços de campo, com uma topografia bastante ampla dos corpos hídricos que influenciam nessa macrodrenagem do centro urbano. O Sr. Presidente acrescenta que no caso de Rio Bonito, foi feito um Limpa Rio a uma década atrás, e depois de uma enchente a dois anos atrás essas intervenções foram diminuídas e isso reverberou muito bem na cidade. E o Limpa Rio é sempre pensado pelo lado social, mas tem a questão da atividade econômica que é beneficiária diretamente quando se fala em lojas que não são fechadas para limpeza. Mas o que se fez é um paliativo que não dá para fazer todos os anos, aprofundando o rio com cabeceiras baixas, uma área antropizada, que fizeram um confinamento baixo do rio, principalmente nas passagens, que serão refeitas, dando uma solução definitiva. O assoreamento vai sempre acontecer e as manutenções vão ocorrer, mas quanto mais bem resolvidas estiver a macrodrenagem menor serão as intervenções rotineiras, E que a cidade tenha isso como vetor de desenvolvimento e normalidade de não mexer nesse corpo hídrico e não ter novas inundações. O Presidente pergunta aos Conselheiros se existem dúvidas e o Conselheiro Peron diz ter uma consideração quando o expositor expõe a listagem das etapas do projeto, levantamento topográfico, batimento das cotas do município para fazer exatamente esse inventário e o dimensionamento da carga hidráulica para gerar um bom

projeto, pergunto: uma vez que se está fazendo o levantamento e a definição adequada das cotas, toda avaliação da altimetria das cotas do rio, se junto com esse trabalho não poderia ter a definição das faixas marginais de proteção. E esse trabalho já daria para o Inea uma solução para uma questão que é extremamente importante para o SERVOHR/Inea. O Presidente responde que a Lei sancionada em 27 de dezembro do ano passado pelo Governo Federal, atribui a delimitação da faixa marginal de proteção de áreas urbanas aos municípios, que podem até reconhecer a zona de ocupação consolidada de menos de 15 metros. Então nem o Inea, nem a ANAMA, nem o Ministério Público Estadual se entenderam ainda, por causa da legislação municipal, se lei vale para o Inea ou não vale por causa da legislação estadual que define que a atribuição de certificação de área marginal de proteção é uma atribuição do Inea. Inclusive está sendo discutida a inconstitucionalidade da lei no âmbito federal. Então, dá para fazer a faixa marginal de proteção dentro do projeto. Isso é uma questão natural do trabalho da Dirram, porque a macrodrenagem passa, terminado o projeto e a execução do projeto, pela manutenção do status quo da proteção da faixa marginal, só que vai ter esse embate pela frente e será decidido no CONEMA para se entender quem delimita a faixa de proteção, se é o município que coloca a faixa continua, o Inea faz isso sem precisar ir a campo, pegando o traçado do rio e fazendo a delimitação. É muito simples. E se discute internamente se não vale fazer a delimitação da faixa continua e segura e só se discutiriam os casos de autorização de intervenção em FMP. Então se descartaria aquelas fora dessa margem, sem a necessidade de ficar esperando 4, 5 meses no Inea. Seguindo, O Presidente pergunta se ainda existem dúvidas e não havendo, passa para a deliberação do projeto, que é aprovado por todos os Conselheiros. Continuando o item 3 da pauta. **3.3 - Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Projeto executivo e requalificação das estruturas físicas nos Hortos Florestais do Rio e Janeiro – RJ"– Valor: R$ 7.933.428,09 – Prazo: 06 meses – Processo: SEI-070002/004844/2022.** A apresentação continua a ser feita pelo Sr. João Rocha, explicando que este projeto é uma demanda da Dirram, para executar, mas está muito ligada a Dibap e a outras gerências. Foi demandado para a Dirram fazer um levantamento dos hortos. A Dibap passou um levantamento prévio de 5 hortos. E com as vistorias de campo verificou-se a importância e urgência de realização do serviço de recuperação dessas estruturas, com uma concentração no município de Santa Maria Madalena e, também, o horto de Guaratiba que desempenha um papel importante na produção de mudas para a região metropolitana. Alguns hortos precisam de pequenas intervenções e neste projeto está apresentado um panorama completo, existindo hortos com problemas de infraestrutura difíceis de serem resolvidas. Tem, também, o horto florestal de São Sebastiao do Alto. Os problemas vão desde a recuperação das edificações até a construção de edificações novas. A Dibap passou alguns projetos de edificações novas, que permitiu um orçamento mais detalhado, como o projeto básico com o desenho das novas edificações. O horto florestal José Zago – HFLOE, que é uma unidade de conservação e já foi feita uma intervenção requalificando toda essa unidade e agora terá um aprimoramento das instalações do viveiro que é muito importante. O horto florestal de Cantagalo que necessidade de requalificação e construção de algumas edificações. E o banco estadual de sementes florestais que necessita de criação de toda infraestrutura administrativa. E, ainda, o horto central florestal Santos Lima. Essa rede de hortos tem alguns serviços de infraestrutura que são comuns a todos, como a revisão da parte elétrica, muito precária e, também, tratar pontualmente dessas edificações. O objetivo geral é requalificar as instalações físicas existentes, aprimorar algumas e construir edificações novas. Merece destaque a ponte na entrada do horto de Santa Maria Madalena, o horto além de tudo é uma construção histórica e importante no contexto do patrimônio histórico da cidade. E justamente o acesso principal foi totalmente perdido por uma ponte que ruiu. Essa demanda, então, foi incluída neste projeto, que já tem um projeto básico desenvolvido, precisando aprimorar o projeto executivo. Esse material foi passado para a Dibap que está estudando o levantamento para aprimorar e aperfeiçoar alguns pontos. Essa demanda é muito antiga e a Dirram reforça a importância

dessas intervenções nessas unidades. O prazo é de 6 meses para fazer essas requalificações, atuando em 5 frentes simultâneas otimizando e ganhando em eficiência na execução desses serviços, e o valor é de R$ 7.933.428,09. O Presidente registra a importância dos hortos florestais que foram subavaliados durante anos dentro do Inea, dentro da Gerência de Serviços Florestais. E esse momento vai de encontro no que se tem colocado no Fecam e dentro da sociedade sobre as soluções cinza no Estado, que se atua muito em soluções cinza. E a solução cinza, geralmente, ataca as consequências, sem falar nas causas do que está acontecendo, nas mudanças climáticas e em especial no nosso microambiente, na antropização e desorganização desenfreada que acontece em todo território brasileiro e em especial no Estado do Rio de Janeiro. E, quando se começa a refletir sobre os hortos florestais, sobre restauração florestal. Em manutenção de encostas, em mata ciliar, de preservação de manancial, precisa de áreas onde a semente nasce para atacar de forma qualitativa a origem dos problemas. Se hoje tem assoreamento dos rios e porque as encostas estão sendo desmatadas, se tem inundação e porque tem um solo antropizado. Então, precisa fazer um grande trabalho de restauração florestal no Estado, não reflorestamento, mas restauração do status quo, de espécies escolhidas dentro do processo, sendo importante para cada um dos solos que serão apresentados nas áreas prioritárias de restauração florestal. E os outros têm essa importância porque produz não só mudas para as unidades de conservação, mas para restaurar todas as áreas para os municípios, gratuitamente, e para a própria iniciativa privada que pode precisa fazer uma restauração ou adquirir mudas. E o Inea tem mudas de altíssima qualidade, destacando o Santos Lima, em Santa Maria Madalena, que ganhou o primeiro título internacional, o primeiro Dark Sky Park da América Latina, que vai aumentar a atividade econômica do município. Já têm empresários querendo investir para montar hotéis, pousadas boutiques para receber este público internacional que está interessado em fazer astro turismo, numa área que não tem poluição e não tem influência da iluminação urbana. Esse parque nasceu em 1970, o terceiro maior parque do Estado, o mais antigo, por isso a contextualização histórica. Não tem tombamento, é reforma não é restauro e se fosse restauro o valor seria um pouco maior. Então, precisa preservar essa infraestrutura porque ali está o banco de sementes, onde tem pesquisadores que atuam desenvolvendo sementes de espécies nativas, ameaçadas de extinção, tendo importância fundamental para quem pensa Estado a longo prazo, daqui a 30, 40 anos, não se pensando só nas soluções a curto prazo, as soluções cinzas. Esse projeto tem um vácuo porque os outros não estão em unidades de conservação, senão estariam no FMA. Estão fora das unidades de conservação tirando o FLOE, mas se entende como importante não só para a Dibap como para todas as sociedades fora das UC's. O Conselheiro Peron concorda com o Presidente, com a mesma visão de importância desses hortos, apesar de que não tinha essa visão completa desses cinco hortos. Os hortos são um ponto de convergência muito grande não só de órgão ambiental, mas como fornecedor de mudas e sementes para o município, obras complementares do Estado, serviços de recomposição, universidade, iniciativa privada. Então, existe uma confluência de interesses muito grande nessas áreas, e quanto melhor estruturada e melhor equipada essas áreas estiverem, maior esse reconhecimento da sociedade, da iniciativa privada, municípios e poder público têm desses espaços. Olhando depois a exploração desses espaços já recuperados, a exemplo do que acontece em outros espaços parecidos ao redor do mundo, tentar buscar parcerias privadas para manutenção desses espaços ao longo do tempo. Existe uma demanda muito grande da iniciativa privada para poder acessar essas mudas. Está se falando sempre em crédito de carbono, a questão dos hortos é fundamental neste momento. Depois desses 6 meses, pode-se buscar uma avaliação e olhar a iniciativa privada como provedor da manutenção desses espaços e como interessado, também, em acessar os serviços desses espaços de forma qualificada. O Presidente retoma a palavra concordando com o Conselheiro e do esquecimento em falar do crédito de carbono que está entrando no mercado de carbono com a Nasdaq, e vai ter que ter insumo para oferecer e os hortos podem ser bastante

importantes nesse processo. Sabe-se da dificuldade, principalmente, de muda de mangue, muda e restinga. E no Santos Lima que é um lugar de referência, existe uma conversa com Santa Maria Madalena e o Convention Bureau para fazer uma parceria e depois uma gestão de uma das edificações que era a casa de Santos Lima, que é um casarão histórico, pra explorar através de um café ou uma atividade onde as próprias pessoas da cidade e os visitantes adotem com um ponto turístico, com em outros hortos, para atrair não só patrocinadores e sensibilizar a população sobre a importância de um horto para a sociedade. O Conselheiro Peron aprova o projeto e o Conselheiro Allan com problemas técnicos não se manifesta. O Presidente considera aprovado o projeto e passa para o quarto projeto da pauta. **3.4 - Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Projeto executivo e obras de urbanização do Lago APA/Mata do Posto – Cordeiro - RJ" – Valor: R$ 3.857.865,46 – Prazo: 12 meses – Processo: SEI-070002/004850/2022**. O Sr. João continua expondo mais um projeto da Dirram, informando que o projeto está com a Dirram desde o ano passado. Cordeiro é um município do interior do estado, que vem tentando criar ou reforçar as infraestruturas de suas APA's municipais. É a mesma região onde estão os hortos, os assuntos estão sempre relacionados de alguma forma. A APA da Mata do Posto é um dos principais fragmentos de vegetação dentro da cidade. Ela possui um corpo hídrico, um lago, que reúne água de algumas nascentes, sendo uma das poucas áreas de lazer da cidade. É utilizado hoje de maneira informal pela população como área de lazer, para caminhadas, exercícios, mas sem nenhuma infraestrutura. E toda vez que ocorre uma chuva, fica difícil a prática de exercício porque no entorno desse lago não tem uma infraestrutura de um parque para o desenvolvimento das atividades de lazer. É uma área de refúgio silvestre de aproximadamente 75 hectares, tendo uma importância local muito grande. A Prefeitura através da Dibap trouxe esta demanda e a Dibap passou para a Dirram ver se conseguia desenvolver um projeto. A Prefeitura já tinha um anteprojeto de arquitetura dessa área. A Dirram conseguiu desenvolver um projeto básico junto com a Prefeitura, e hoje apresenta esta proposta, um ano depois da solicitação da Prefeitura, de instalação de uma infraestrutura de lazer. Foram incluídas nas atividades previstas deste projeto, o projeto executivo, a execução das obras que incluem deck, sanitário público, equipamentos esportivos, urbanização e paisagismo, finalizando com as built. A justificativa é um movimento importante que o Inea faz de dar apoio as APA's municipais que estão desempenhando um papel importante, então, valorizar esses espaços é estar atuando de uma forma direta nessas unidades de conservação. O prazo de execução é de 12 meses e o valor de R$ 3.857.865,46. O Presidente agradece e passa para o Conselheiro Peron que tem duas considerações, a primeira respondida na exposição, de que a APA é de responsabilidade municipal e a outra é, por se tratar de uma unidade de conservação, se o projeto não estaria dentro da competência da Câmara de Compensação, imagina que já foi feita esta reflexão. O Presidente responde que sim, até porque existe uma discussão sobre a questão de bulit nas unidades de conservação municipal, seguindo a resolução 666, e está se estruturando para ver quanto nessas unidades os valores ecossistêmicos teriam de alcance. Hoje no FMA, essas avaliações, estão esperando montar esse modelo. E de fato essa APA tem importância para a cidade mais que o valor ecossistêmico. Então, na Câmara de Compensação não se atingiria esse valor proposto aqui no Fecam para utilização na Câmara de Compensação. O Conselheiro Peron continua explicando que entende que o Fecam tem um alcance urbano, uma abrangência e um desdobramento e a APA está sendo entendida como equipamento urbano importante de conexão, tanto da biodiversidade quanto de equipamento para a cidade. O Presidente acrescenta que até pelo próprio nome do projeto o FMA e que o FMA reserva mais projetos ecossistêmicos de preservação da vida selvagem. Não que o uso público não esteja dentro desse processo não num projeto como esse, é um pouco diferente, é mais característico de melhoria da qualidade de vida da população de Cordeiro, desenvolvimento de atividade econômica como o turismo, com visitação, não um projeto conservacionista de fato, conclui. O relator do projeto acrescenta que talvez poderia ter feito a relação com o projeto de

intervenção no parque linear Sacra Família, em Mendes, aprovado no Fecam, que tem mais ou menos o mesmo viés. É uma das poucas áreas ocupadas na margem de rio, existindo uma discussão na cidade se manteriam a faixa marginal de proteção intacta ou utilizariam aquela área que a população já utilizava informalmente, consolidando essa área como equipamento de lazer. E a secretaria de meio ambiente da cidade e a prefeitura em conversas com a Dirram solicitaram a criação de um parque, observando todos os aspectos ambientais, consolidando essa área de lazer, importante para a população, no sentido da educação ambiental, nas atividades realizadas pela Prefeitura, Secretaria de Cultura, Secretaria de Meio Ambiente do Município, fazendo atividades no sentido ambiental dessa área, que é um dos poucos trechos ainda não ocupados no centro de Mendes. Isso é muito parecido com o contexto dessa área, que é só o fragmento mais perto da cidade, com pessoas já ocupando essa área só que de uma maneira não ordenada. Então, a Prefeitura prefere consolidar aquela área como equipamento de lazer e criar uma consciência ambiental, algo com relação a APA, que é importante. O Conselheiro Peron aprova o projeto. O Presidente considerada aprovado o projeto e prossegue passando para o último projeto a ser deliberado. **3.5 - Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Realocação involuntária de benfeitorias em apoio às intervenções realizadas pela Dirram" – Valor: R$ 25.000.000,00 – Prazo: 24 meses – Processo: SEI-070002/003101/2022.** O Presidente passa a palavra para a Sra. Vanessa Flores, da Dirram, para expor o projeto, que cumprimenta a todos e explica que este projeto é uma ação que está presente em muitas intervenções executadas pela Dirram. O embasamento legal, principalmente quando se fala em realocação de famílias, onde se tem o pagamento de indenizações envolvidas, é o Decreto Estadual 43.415/2012, que foi muito utilizado e continua sendo, em atenção às famílias que foram vítimas das chuvas em 2011, na região serrana, e hoje é o instrumento legal para trabalhar com as indenizações, especificamente. Este projeto visa atender prioritariamente algumas intervenções já em curso na Dirram, como no Jacarezinho, a do rio Registro e Viegas, o rio Roncador e a canalização do canal dos Colonizadores, um pouco maior na área do Jacarezinho e dos rios Registro e Viegas. Em seguida, a Sra. Vanessa apresenta algumas imagens sobre as vistorias feitas no rio Salgado, no Jacarezinho, onde as benfeitorias estão no trecho das obras, praticamente dentro do rio, sendo necessária a retirada delas para que a obra possa acontecer; rios Registro e Viegas, com um trecho de obra já em andamento, com benfeitorias, também, localizadas dentro do rio; rio Roncador, em Duque de Caxias, e o Canal dos Colonizadores, em Belford Roxo. O objetivo principal e geral é atuar em suporte em todas as intervenções da Dirram que demandem esse contato com as famílias que estão ocupando as margens do rio onde a intervenção vai ser realizada. E, utilizando a negociação na forma do diálogo e da transparência, visando à desocupação familiar, sem precisar uma demanda judicial, que acaba trazendo uma série de prejuízos, e atendendo a população deforma adequada nos seus interesses. Os objetivos específicos listados é sempre garantir a desocupação da área para que a obra possa acontecer, sempre levando em consideração os interesses da população para que ela se sinta atendida e que faça parte desse processo, para garantir que essa obra se torne sustentável ao longo do tempo. Um ponto importante é que se busca sempre uma avaliação participativa da população junto a esse processo. Durante todo o momento de negociação, de cadastramento, a população é chamada e ouvida como ator principal dessa interlocução, porque a obra tem que acontecer e trás benefício para a comunidade como um todo. Mas a população precisa ser ouvida e envolvida nesse processo. Continua, e, em seguida, apresenta algumas atividades previstas, como o processo de negociação que culmina com o pagamento da indenização possa acontecer; a mobilização sempre trazendo a comunicação de uma forma clara, como principal aliado, e, a identificação da benfeitoria que vem atrelada com o que a intervenção física propõe, porque, na realidade, o projeto atua com base no que a obra mostra como área prioritária. É uma atuação conjunta, a partir do cadastramento onde essas benfeitorias que foram identificadas são efetivamente cadastradas e, posteriormente é feita a avaliação onde

entra o Decreto 43.415/12, onde o valor a ser pago é baseado nesse decreto. Não é uma avaliação utilizando preços do mercado, os cálculos são atrelados a uma tabela que é fornecida por esse normativo. A negociação, que é o momento que se chama o proprietário expondo o valor que foi calculado a título de indenização, sendo aberta uma negociação onde o proprietário aceita ou não o valor ofertado, o que na maioria das vezes se tem sucesso, terminando com o pagamento de fato da indenização, onde o proprietário recebe um cheque com o valor da indenização e a benfeitoria é desocupada para que o desfazimento seja realizado e a obra possa acontecer. E a justificativa é garantir a realização da obra, entendendo que para que aconteça a área precisa estar desocupada. Hoje está ocupada com um adensamento muito grande e a tendência é que esse cenário vai se agravando. O prazo de execução é de 24 meses, considerando que o processo de negociação é lento e o valor é de R$ 25.000.000,00, parte do trabalho de cadastramento e negociação e parte do pagamento das indenizações. Finalizando, agradece a todos e encerra sua exposição. O Presidente pergunta se existe dúvida. O Conselheiro Peron informa que não tem dúvidas, elogiando o projeto e a explicação da relatora. A exposição foi muito clara e objetiva e não tem observação a fazer, votando pela aprovação do projeto. O Presidente aprova o projeto e passa ao **Item 4 – Deliberação sobre complementação do Projeto Fecam em execução – 4.1 – "Projeto executivo e obras de canalização e urbanização em trecho o Rio Registro e Rio Viegas, Rio de Janeiro" – RJ. Valor anterior: R$ 92.930.394,21; Valor atual: R$ 99.204.515,17; Complementação: R$ 6.274.121,06.** O Presidente inicia perguntando ao Conselheiro Peron se tem alguma dúvida sobre a complementação, explicando que são ajustes de meio de projeto. O Conselheiro vota pela aprovação. O Presidente informa que as obras estão andamento, mas devido às chuvas houve necessidade desses ajustes e, em seguida aprova a complementação. Passando para a próxima complementação, o Presidente apresenta os professores Marcus Vinicius dos Santos e Rodrigo Perez ambos da IFHT/UERJ que farão a apresentação. **4.2 - Projeto "Capacitação para a consolidação do Observatório Fluminense do Ambiente e Sustentabilidade" – Valor anterior: R$ 10.000.000,00; Valor atual: R$ 10.517.734,49; Complementação: R$ 517.734,49.** O professor Marcus Vinicius inicia a exposição informando que o Observatório Fluminense já está no ar, com 21 cursos disponíveis para qualquer público, qualquer tipo de pessoa. E a ideia é aumentar a densidade da capacitação, mudar para uma qualificação profissional e melhorar o nível de inserção no Observatório, nos formuladores, nos proponentes de política pública que formam opinião na área ambiental. No Inea já tinham 8 turmas de MBA – Gestão Ambiental Integrada, montado originalmente com a participação do Inea e quando a Uerj montou a versão final do curso, já tinha sido debatido pelo Inea. Este é um dos poucos cursos na história da Uerj que foi aprovado por unanimidade em todas as instâncias da Universidade. A ideia é fazer mais quatro cursos. O curso MBA – Gestão Ambiental Integrada foi montado numa lógica de ser uma pós-graduação equilibrada, com conceitos, ferramentas e estratégias. Não é um curso técnico da área ambiental. É um curso de formação de gestores e com visão ampla e mais moderna da questão ambiental, para qualquer pessoa de nível superior. Com um foco muito grande na autogestão dos formuladores de decisão, além da questão conceitual, dos fundamentos, ferramentas, e instrumentos que podem ser utilizados pelos gestores. O curso tem quatro ênfases profissionais, sendo aberta uma turma para cada ênfase, com processo seletivo, com recorde de inscrição com inscritos até do exterior. A turma 1 com ênfase na biodiversidade, a turma 2 na gestão de recursos hídricos, a turma 3 em emergências ambientais e a turma 4 em soluções tecnológicas para controle da poluição e monitoramento da qualidade ambiental. A dinâmica nesse, todos os alunos fazem obrigatórias gerais, juntos. Depois cada ênfase tem duas obrigatórias da ênfase e os alunos precisam fazer uma disciplina eletiva. As demais obrigatórias das outras três ênfases são habilitadas numa disciplina eletiva para os alunos. O curso é semipresencial. Finaliza, informando que são 14 meses de curso com carga horária de 390 horas e o valor da complementação é de R$ 517.734,49. O Presidente pergunta se existem dúvidas. O

Conselheiro Peron parabeniza pelos resultados já alcançados e que esse Observatório continue servindo para a qualificação do corpo técnico da Seas e do Inea, aprovando desde já o projeto. A complementação é aprovada e o Presidente passa para o último item da pauta. **Item 5 - Informe - Alteração do valor do Projeto Fecam ainda não iniciado: "Projeto "Mapeamento da susceptibilidade a inundações no Estado do Rio de Janeiro", aprovado em 05/03/2021, no valor de R$ 2.445.758,00 para R$ 2.716.738,76.** A coordenador Milena explica que a complementação por ter havido alterações nas cotações e como o valor foi aprovado no ano passado, houve um pequeno aumento superior ao praticado no orçamento inicial. É um projeto que ainda não iniciado. O Presidente pergunta se existe alguma consideração sobre o informe e não havendo qualquer dúvida, agradece a todos a participação e dá como encerrada a sessão. Antes, o Conselheiro Peron diz que gostaria de deixar registrado o reconhecimento pelo trabalho que vem sendo feito pela Secretaria Executiva do Fecam, principalmente no ponto da pauta do relatório de atividades do Fecam de 2021. Já tem cinco anos, continua o Conselheiro, que acompanho as atividades do Fecam e gostaria de deixar ressaltada a qualidade desse relatório de atividades e a competência da equipe que se dedicou sobre esse trabalho, um trabalho de excelente qualidade e como Conselheiro se sente muito confortável em ler o documento e comprovar as atividades do Fecam, o esforço que o Conselho Superior do Fecam faz para avaliar e participar ativamente da política pública do Estado. Então, está tudo ali materializado, de uma qualidade excelente. A parte inicial do relatório é uma aula como funciona, como deveria funcionar ou como efetivamente funciona o Fecam. Queria deixar registrado os parabéns para toda a equipe que se dedicou a gerar esse relatório e pela qualidade do material do resultado final do relatório. O Presidente agradece e parabeniza a equipe do Fecam. E não havendo mais qualquer consideração dá como encerrada a reunião.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho

JORGE VICENTE PERON MENDES
Representante da FIRJAN

ALLAN CRISTIANO DOS SANTOS
Representante Suplente da SEFAZ